

Depoentes: Magda Maria Belo de Almeida Neves

Entrevistadores: Maria Céres Pimenta Spínola Castro e Vanuza Nunes Pereira

Data do depoimento: 18 de junho de 2015

MARIA CÉRES PIMENTA SPÍNOLA CASTRO: Nós estamos no laboratório multimídia da Universidade Fumec, gentilmente cedido para Comissão da Verdade em Minas Gerais, através do termo de cooperação recíproca e hoje nós estamos aqui ouvindo o depoimento da Professora Magda Maria Belo de Almeida Neves, que vai nos dar então as suas memórias e o seu depoimentos sobre os acontecidos com ela e com pessoas ligadas a ela no período em que a gente está trabalhando, que é da, do período lá de 70, em diante, e também né, a partir de 64 etc. Hoje é dia 18 de Junho de 2015, são 10h45min e Professora Magda Maria Belo de Almeida Neves, a senhora esteja à vontade. E a gente gostaria que a senhora falasse sobre o seu período de estudante lá na Universidade Federal de Juiz de Fora, depois a sua vinda para Belo Horizonte, depois o que aconteceu com a senhora nesse período né, da ditadura, e aquelas coisas que a senhora considerar que são importantes para a memória né, a justiça e a verdade relativa a esse período e a gente agradece muito a sua colaboração. Figue à vontade e qualquer coisa que a gente precisar a gente pode até interromper e pedir algum esclarecimento ou mais algum dado, etc. Mas de forma geral a senhora pode falar contando uma história [sic], por favor, obrigada.

MAGDA MARIA BELO DE ALMEIDA NEVES: Bom, eu sou Magda Maria Belo de Almeida Neves, fiz meus estudos em Juiz de Fora, meus estudos secundários e em Juiz de Fora eu participei, fui integrante da juventude estudantil católica naquela época, JEC, com uma participação bastante intensa, a gente saía da escola, ia para os bairros de periferia ajudar, colaborar, então sempre tive muito envolvida com a questão da justiça social, era um elemento para mim fundamental, importante na minha vida, tanto que posteriormente eu escolhi fazer a faculdade de serviço social em Juiz de Fora. Eu entrei na faculdade Serviço Social, justamente no ano do golpe militar de 64, eu entrei na faculdade no início do ano de 64 e já fazia parte depois da JEC, da juventude estudantil católica, a juventude universitária católica, a JUC, e também a gente estava muito envolvida já com, é, uma série de atividades próprias, enfim, da juventude, mas também no sentido de dar uma perspectiva pro país[sic], em termos das reformas que se colocavam na época, a reforma educacional, a reforma agrária, a



JUC sempre estava discutindo essas reformas e querendo participar ativamente. Com o golpe de 64, evidentemente que se colocou um momento dificílimo né, nessa, na nação, e meu pai, que era general do exército em Juiz de Fora, ele foi contra o golpe, ele era um democrata, ele foi contra o golpe de 64 e ele ficou preso em casa durante uma semana com 2 soldados quardando a porta lá de casa. Isso mexeu muito comigo na época, eu ficava sempre com ele, o dia todo, e a gente escutando a rádio da legalidade, que vinha do Rio Grande do Sul, comandada por Brizola né, o Leonel Brizola na época, e isso tudo mexeu muito comigo, e eu me coloquei desde aquele momento como uma pessoa que faria oposição à ditadura militar no Brasil. Na faculdade de Serviço Social, logo que eu entrei, eu comecei a participar do diretório acadêmico e me tornei presidente do diretório acadêmico, e participando e organizando junto com outros diretórios na época, em Juiz de Fora, das passeatas, das manifestações que ocorreram contra a ditadura militar. Então eu era uma militante ativa do movimento estudantil na faculdade de Serviço Social e continuava a fazer parte da JUC. Fiz também parte do DCE de Juiz de Fora né, da diretoria do DCE na época, no final, em 67, 68, e ajudei a organizar os colegas que foram para o congresso de Ibiúna e que depois ocorreu aquela prisão em massa de todos né, lá em Ibiúna, naquele momento em 68. Bom, a participação em Juiz de Fora, é, a minha participação em Juiz de Fora foi sempre muito ativa, a gente fazia diversas reuniões e as reuniões começaram evidentemente a se tornar um pouco clandestinas porque ainda não tinha aquele recrudescimento da ditadura pós o ato institucional em 68, o ato institucional número 5, em 68, mas evidentemente que já havia uma pressão, uma repressão, muitos professores da universidade foram presos ou foram aposentados, né. Eu me lembro do Itamar Bonfati, um professor que era da faculdade de Odontologia, mas ele era um participante ativo dos nossos movimentos né, e isso nos colocava sempre em oposição ao regime [sic]. Outra coisa que, importante na minha formação foi a minha convivência nos dominicanos, desde a JEC, na JUC, eu participava ativamente dos seminários que ocorriam no convento dos dominicanos, em Juiz de Fora, né, eles sempre reuniam jovens, para a gente pensar não só sobre a questão da religião, mas sempre uma religião ligada à realidade né, então a gente convivia né, com esse clima de reflexão sobre a realidade do Brasil naquele momento, as injustiças sociais, a pobreza, e havia um apelo muito grande de transformação do Brasil em uma sociedade melhor e eu participava também e fiz muitos amigos lá nos dominicanos. Lembro aqui do Frei Pio, lembro de muitos outros Freis que



participavam, e eu gostaria de relembrar aqui de uma pessoa que foi essencial na minha formação e que morreu esse ano, Frei Wilton Japiaçu. Frei Wilton Japiaçu chegou em Juiz de Fora, é, vindo do Nordeste né, muito engraçado e muito crítico ao regime militar e todas as missas que ele celebrava ele estava sempre falando e denunciando as injustiças no Brasil e o regime militar e ele foi o nosso assistente de JEC durante um período, e depois da JUC, sempre muito participativo. Depois ele foi embora e teve também que ir embora pra a França, né, no momento difícil dos dominicanos, quando alguns dominicanos foram presos em São Paulo né, ligados ao fato da morte de Marinquela, ele também teve que ir embora do Brasil e morou um tempo na França onde ele fez o doutorado. Eu gostaria de lembra-lo porque ele foi uma pessoa fundamental na formação de muitos jovens na época né, em Juiz de Fora. Em Juiz de Fora a participação nesses movimentos, estabeleceu laços com muitas pessoas que depois foram presas e torturadas pelo regime militar, na época mais dura da ditadura militar, depois de 68. E eu era muito amiga da família do José Luiz Guedes, por exemplo, que já estava fora de Belo Horizonte, já estava fora de Juiz de Fora, morando em Belo Horizonte, mas depois foi eleito presidente da UNI, numa época já da UNI clandestina né, e a partir daí não mantive mais contato com ele porque ele e a família ficaram em vida clandestina. Mas muitos outros colegas que participaram ativamente de Juiz de Fora do movimento estudantil e que depois foram para a clandestinidade ou foram presos pela ditadura militar. Gostaria de lembrar também do Geraldo Cruz, meu amigo em Juiz de Fora que depois veio para Belo Horizonte, trabalhava na Caixa Econômica Federal aqui, estudava economia e que na época que várias pessoas de Juiz de Fora foram presas, ele também foi perseguido e ele se exilou no Chile, com a queda do Allende, ele foi para Nova Zelândia e ficou exilado na Nova Zelândia vários anos, enfim, ele hoje vai e volta de Nova Zelândia para o Brasil né. E muitos outros que eu poderia lembrar aqui mas que são tantos os nomes que a gente acaba esquecendo, que foram perseguidos pela ditadura militar. Em 69 eu vim para Belo Horizonte, eu gueria trabalhar e sair de Juiz de Fora, vim trabalhar como assistente social aqui em Belo Horizonte e queria continuar meus estudos, então eu fui me preparar para fazer o mestrado em Ciência Política. E eu trabalhava, e aqui eu procurei contato com as pessoas ligadas à ação popular né, enfim, já tinha contato com essas pessoas, mas elas moravam em Belo Horizonte, e eu então me envolvi com elas né, e comecei, não tinha muito tempo né, porque estava, trabalhava o dia todo, não tinha muito tempo, mais de uma militância então



ativa, mas tinha uma ligação com essas pessoas. Gostaria de lembrar aqui 2 pessoas muito minhas amigas e que depois foram presas na mesma época que eu fui, Mariléia Porfírio e Marilda Vilela. Maria Emília, que agora eu me esqueci o sobrenome dela, Maria Emília e muitos outros que foram presos no final de 71. Eu entrei no mestrado de Ciência Política no início dos anos 70, então 70 e 71 eu estava fazendo os créditos do mestrado e participando de algumas reuniões, de algumas atividades, mas evidentemente, tudo de forma bastante clandestina porque a ditadura estava em um período muito duro de repressão né, e de prisão e de tortura de muitos militantes no Brasil como um todo. A convivência com Marilda e Mariléia né, sempre muito presente, eu ia muito na casa delas, elas moravam em Santa Tereza e eu ia muito na casa delas. Quando elas, elas tinham uma participação muito maior do que a minha né, a minha era uma participação mais, vamos dizer assim, periférica e elas tinham uma participação ativa na ação popular e elas começaram a ser seguidas né, seguidas e eu fui na casa delas algumas vezes, participar com elas de algumas coisas e além de tudo visita-las, enfim, conviver com elas como minhas amigas, mas eu já estava sendo seguida pela ditadura, já tinha agentes do DOPS atrás da gente, tirando fotos e tal. Bom, quando foi em 71 né, elas foram no final dos anos 71, não sei precisar a data, elas foram presas né, e eu muito preocupada com elas fui no apartamento em Santa Tereza. Quando eu cheguei lá, estava a mãe da Marilda e um grupo de policiais do DOPS que já me jogaram no chão e me prenderam, eles já tinham a minha foto né, e já tinham a minha presença na casa delas muitas vezes né, tomado nota e tudo, e me prenderam e me levaram para o DOPS. Eu fiquei no DOPS 2 dias sem nem ser interrogada muitas vezes nem nada e eles me soltaram, eles me soltaram, depois eu fiquei pensando que eles me soltaram para ver se eu la procurar mais alguém, só que eu fui para casa do meu irmão, eu na época estava morando com uns amigos né, e não quis ir para a casa desses amigos com medo de acontecer alguma coisa com eles, e eu fui então para a casa do meu irmão que não tinha nada a ver com nada e fiquei lá. Uns 5 dias depois achei que eles não fossem me buscar, mas 5 dias depois eles bateram na porta do apartamento e me pegaram, isso em dezembro de 1971 e me buscaram. Rodaram comigo a noite inteira né, eu encapuzada e eles gritando, enfim, quem que eu ia falar, nome de quem, quem que eu estava escondendo, Marilda e Mariléia já estavam presas né, e muitas outras pessoas já estavam presas né, naquela época. Pessoas ligadas à ação popular evidentemente, foi nessa época, foi uma queda muito grande da ação popular, muitos companheiros no Brasil todo foram



presos, assim como amigos de Juiz de Fora também foram presos né. E nesse momento né, de muita pressão né, eu ficava tentando pensar o que eu poderia falar enfim, com medo de incriminar as minhas amigas ou outras pessoas e tal. Aí nessa época, nesse momento né, depois de ter rodado comigo no DOPS, eles me levaram a noite inteira, eles me levaram para o DOPS né, eu figuei sentada lá numa cadeira 1 hora [sic], um me pediu para fazer café para eles e eu fiz café com muita raiva né, mas enfim, estava em uma situação difícil, aí eles me perguntaram: "Você conhece Marilda e Mariléia?", eu falei: "Conheço.", não tinha como relatar né, "O que você fazia sempre na casa delas?", eu falei: "Estudava para fazer um concurso de serviço social", que estava acontecendo na prefeitura e que na realidade nós tínhamos inscrito nessa época para fazer esse concurso. Mas aí eles me levaram de noite para uma delegacia em um bairro de Belo Horizonte que eu não tenho a mínima ideia de onde seja porque eu fui encapuzada e a noite inteira, uma cela imunda, cheia de barata, ratos, enfim, e toda vez que eu tentava dormir eu estava muito cansada, eles jogavam água em mim, enfim, foi uma noite muito difícil né, mas justamente isso que a ditadura faz né, eles querem colocar a gente no chão para a gente se sentir totalmente aniquilada, pra poder falar o que eles querem que a gente faça. Bom, depois eles me levaram de volta para o DOPS, eu fiquei lá uns 3, 4 dias, via as minhas amigas, não sendo torturadas, mas quando elas vinham na minha frente, elas estavam já muito machucadas né, eu vi que elas apanhavam, tanto Marilda como Mariléia, como uma outra pessoa que eles me puseram face a face, que eu figuei sabendo que ela era da direção nacional da ação popular, eu não lembro o nome, ela estava lá com o nome de guerra, mas eu não lembro o nome dela e ela foi colocada na minha frente várias vezes, para mim dizer alguma coisa sobre ela, mas eu não a conhecia, enfim, figuei alguns dias no DOPS com uma pressão psicológica muito grande. Mas o meu pai né, como ele foi general do exército, ele tinha ligações aqui na região de Juiz de Fora e ele o tempo todo né, depois eu fiquei sabendo, ele, através de contatos, ele intercedia por mim, enfim, eu na realidade eu só sofri mais pressão psicológica e eu não fui torturada com tapa, choque elétrico, essas coisas, não aconteceu comigo. Posteriormente eu fui levada para o quartel aqui da, do exército, que fica ali na Rua Juiz de Fora, eu fiquei lá, ham?

MARIA CÉRES PIMENTA SPÍNOLA CASTRO: O doze.

MAGDA MARIA BELO DE ALMEIDA NEVES: O doze.

MARIA CÉRES PIMENTA SPÍNOLA CASTRO: É.



MAGDA MARIA BELO DE ALMEIDA NEVES: A, o doze. Eu fiquei lá uma temporada e depois fiquei sabendo que Marilda e Mariléia estavam lá também, né, não, Mariléia não, Mariléia foi levada para o CENIMAR e sofreu muitas torturas lá no CENIMAR. E assim como vários outros colegas que foram presos naquela época, muita gente foi muito torturada né, e a gente sabia desses relatos e escutava, não sei falar o nome de todos, agora me falta a memória, mas colegas como, ah, enfim, não sei mais os nomes, mas enfim, muitos foram presos e foram torturados naquela época. Eu fiquei no colégio militar e pude receber a visita de meu pai, Roberto né, que levou para mim.

MARIA CÉRES PIMENTA SPÍNOLA CASTRO: Colégio militar ou 12 RI?

MAGDA MARIA BELO DE ALMEIDA NEVES: Eu fiquei no 12 RI um período e fiquei no colégio militar.

MARIA CÉRES PIMENTA SPÍNOLA CASTRO: Ah sei.

**MAGDA MARIA BELO DE ALMEIDA NEVES**: Eu estive nos 2 lugares, qual que foi primeiro eu não lembro mais.

MARIA CÉRES PIMENTA SPÍNOLA CASTRO: Sei.

MAGDA MARIA BELO DE ALMEIDA NEVES: Se foi no colégio militar que eu fiquei primeiro ou se foi no 12 RI que eu fiquei primeiro, mas eu fiquei nos 2 né, além do DOPS. E, mas no 12 meu pai foi me visitar, me levou uns livros, umas frutas, foi, eu sei que esses livros me foram entregues né, mas a visita foi rapidinha de 5 minutos e depois ele conseguiu me tirar da prisão, eu me lembro que era no dia 24 de Dezembro, véspera de Natal. Então eu gostaria aqui de prestar uma homenagem ao meu pai que ele sempre foi um democrata e lutou muito contra a ditadura militar e por mim né, e o tempo todo ele esteve do meu lado e me deu apoio. Bom, saindo da prisão, eu tive um processo que, na universidade né, eu era estudante do mestrado de ciência política, apesar de já ter cumprido os créditos, eu não tinha defendido ainda a minha dissertação de mestrado né, mas imediatamente o Ministério da Educação, na época o Eduardo Suplicy, era Eduardo Suplicy? Não, o senador.

MARIA CÉRES PIMENTA SPÍNOLA CASTRO: Não, não é o Eduardo não.

MAGDA MARIA BELO DE ALMEIDA NEVES: Como é que ele chamava? Eu esqueci o nome dele.

MARIA CÉRES PIMENTA SPÍNOLA CASTRO: Acho que Suplicy de Lacerda.

MAGDA MARIA BELO DE ALMEIDA NEVES: É, Suplicy de Lacerda. É, o Suplicy de Lacerda era o ministro da educação.

MARIA CÉRES PIMENTA SPÍNOLA CASTRO: Flávio Suplicy de Lacerda,



MAGDA MARIA BELO DE ALMEIDA NEVES: Flávio Suplicy de Lacerda, não é o Eduardo Suplicy senador né, que foi senador da república muitos anos no Brasil pelo partido dos trabalhadores, não é ele. É o Flávio Suplicy de Lacerda, foi ministro da educação e ele então, naquela época, mandou que a universidade abrisse um inquérito contra todos os estudantes que tinham tido algum movimento, alguma atuação contra a ditadura militar. E a UFMG abriu um inquérito né, administrativo, para mim aplicar o 477 e na época o diretor da faculdade, Daniel, o Daniel agora esqueci o sobrenome dele, mandou que abrisse e aplicasse o 477 né. Então eu perdi a oportunidade de fazer a minha dissertação de mestrado porque eu fui expulsa da universidade durante 3 anos né. Em 72, eu fui dar aula na PUC e aí eu tive uma pessoa né.

MARIA CÉRES PIMENTA SPÍNOLA CASTRO: Antoniase.

MAGDA MARIA BELO DE ALMEIDA NEVES: Padre Alberto Antoniase que deu muito apoio, ele sabia que eu tinha um 477, que eu estava expulsa da universidade, mas ele me deu um apoio e me contratou para dar aula na PUC, na época, no ciclo básico de ciências de, ciclo básico geral que estava começando na PUC naquele momento. Eu fiquei lá, mas eu me lembro que eu morava, morei durante um tempo com meu irmão e sofri o tempo todo assim, chamadas telefônicas no meio da madrugada, né, que me telefonavam, que me pressionavam, falavam coisas de baixo calão na madrugada, eu atendia o telefone, enfim, o ano de 72 foi um ano muito pesado e o ano também que estava com inquérito lá na, em Juiz de Fora né, que era onde acontecia os inquéritos militares, mas depois o inquérito, também não fui condenada né.

MARIA CÉRES PIMENTA SPÍNOLA CASTRO: Denunciada.

MAGDA MARIA BELO DE ALMEIDA NEVES: Denunciada.

MARIA CÉRES PIMENTA SPÍNOLA CASTRO: É.

MAGDA MARIA BELO DE ALMEIDA NEVES: Eu não fui denunciada. É, em, continuei dando aula na PUC né, mas eu era seguida né, muitas vezes eu morava na serra já e era seguida muitas vezes por pessoas que nos seguiam. Por quê? Né? Porque o meu companheiro Everaldo Crispim da Silva, tinha sido casado com Maria Madalena Prata Soares que era esposa naquele momento do José Carlos da Mata Machado, assassinado depois pela ditadura militar. E o Everaldo tinha um, tem um filho né, com Madalena, Eduardo Soares, né Neves Silva hoje, e ele foi preso com Madalena, na época ele tinha 3 anos, ele foi preso com Madalena numa operação né [sic], que ocorria em São Paulo atrás do restante das pessoas da ação popular, entre



elas os dirigentes, né, Gildo Lacerda e Zé Carlos, ambos mortos pela ditadura militar. E Madalena foi presa né, junto com Eduardo, e Eduardo ficou de 3 a 4 dias na prisão né, ele era enfim, um menino de 3, 4 anos, quando o Zé Carlos foi morto no final de Novembro de 73? Novembro de 73. Logo que nós soubemos da notícia, a gente não sabia naquele momento que Madalena estava presa com Eduardo, só viemos a saber porque eles foram presos numa fazenda que eles tinham sido escondidos e isso estava totalmente, isso não foi divulgado né, essa prisão dele, justamente porque eles queriam pressionar Madalena para saber onde é que estava o Zé Carlos, mas eles depois consequiram pegar o Zé Carlos e o Gildo né, e a partir daí a gente ficou muito pressionado, que dizer, o Eduardo foi solto, Madalena não foi, o Eduardo foi solto, o Everaldo assumiu logo o Eduardo né, e nós ficamos com o Eduardo, mas nós éramos muito perseguidos né, ou seja, Everaldo recebia sempre visita na prisão de agentes, na prisão não porque ele não estava preso, visitas no pronto-socorro, onde ele estava trabalhando, de agentes do DOPS, que pressionavam ele o tempo todo e eu era seguida o tempo todo a caminho da PUC onde eu dava aula. Já vinha sendo seguida e continuei a ser seguida. Nesse momento então, nós ficamos muito preocupados, não só com a nossa situação, mas principalmente com o Eduardo, né, que saía traumatizado de uma prisão dessa [sic], o Everaldo já vinha pleiteando uma bolsa ao governo Francês já desde final de 72, dada toda essa situação que ocorria comigo, com ele, etc. Então a bolsa não saiu, mas nós arrumamos nossas malas e fomos embora para a França né, enfim.

MARIA CÉRES PIMENTA SPÍNOLA CASTRO: MAGDA MARIA BELO DE ALMEIDA

**NEVES**, na prisão da Madalena, o Dori também foi preso?

MAGDA MARIA BELO DE ALMEIDA NEVES: Não.

MARIA CÉRES PIMENTA SPÍNOLA CASTRO: Não né?

MAGDA MARIA BELO DE ALMEIDA NEVES: O Dori já estava aqui, o Dori era neném né, devia ter.

MARIA CÉRES PIMENTA SPÍNOLA CASTRO: Era filho dela né?

**MAGDA MARIA BELO DE ALMEIDA NEVES**: O filho dela com o Zé Carlos, mas ele já estava aqui sobre a guarda da Dona leda, então o Dori nunca foi preso.

MARIA CÉRES PIMENTA SPÍNOLA CASTRO: Sei, ele era bebê também né?

**MAGDA MARIA BELO DE ALMEIDA NEVES**: Ele era bebê, né, mas ele já estava sob a guarda da dona, quando a situação ficou muito difícil, a Madalena e o Zé Carlos mandaram ele aqui para Belo Horizonte né, e ele estava morando com a Dona leda e



o Doutor Edgar, mas o Eduardo continuou com a Madalena né, continuou com eles. Então nós fomos embora do Brasil porque a situação aqui estava muito difícil né, e ficamos na França por uns 2 anos né, até quando começou a distensão militar né, então enfim, isso que eu posso dizer desse período, devo ter esquecido alguma coisa, mas enfim, o que vem na memória nesse momento.

**MARIA CÉRES PIMENTA SPÍNOLA CASTRO**: É, a gente agradece a você, mas eu queria fazer só uma pergunta. Quando vocês retornaram você defendeu, como é que você fez com o seu mestrado, doutorado?

MAGDA MARIA BELO DE ALMEIDA NEVES: Sei. Quando eu retornei eu estava licenciada da PUC, eu tinha pedido licença sem vencimentos naquela época para poder sair e voltei a dar aula na PUC, e fiquei dando aula na PUC. Depois abriu um concurso na UFMG, para o departamento de ciência política e eu já tinha passado os 3 anos da lei 477. Então eu fiz concurso para professora da UFMG naquela época podia entrar sem mestrado como auxiliar de ensino, a gente fazia carreira na própria UFMG né, então eu passei no concurso, entrei para dar aula, de política I no ciclo básico, naquela época era até uma temeridade, mas enfim, eu passei nesse concurso e depois em 83 eu pedi, eu fiz um exame no mestrado de ciência política, pedi revalidação de alguns créditos e tive que refazer outros e aí eu tornei a fazer o mestrado. A ciência política né, me deu todo apoio, inclusive eu acho que é importante relembrar que o Zé Murilo de Carvalho e Fabio Vanderlei que na época me deram muito apoio sob esse ponto de vista da volta à universidade né, e de retomar os meus estudos naquele momento, que tinham ficado parados.

MARIA CÉRES PIMENTA SPÍNOLA CASTRO: Você gostaria de colocar uma outra coisa, Magda Maria Belo de Almeida Neves? Falar mais alguma coisa?

MAGDA MARIA BELO DE ALMEIDA NEVES: Olha, eu gostaria de falar o seguinte, primeiro que esse é um período terrível da nossa história, né, eu acho que a gente tem que rememorar para que isso não aconteça jamais, né, eu acho que foi um momento que se perdeu muitos jovens nesse Brasil, jovens idealistas, jovens que tinham uma proposta de mais justiça social, de solidariedade, enfim, ideais muito fortes no sentido de um Brasil né, melhor e muitos jovens foram mortos e torturados né, nas prisões do Brasil né, e eu acho que esses jovens, espero né, que eles não tenham dado a vida em vão por um ideal maior, né, uma utopia que se colocou naquele momento, de transformação do Brasil e que nós todos nos envolvemos com muita força, muita garra né, em uma proposta de um Brasil melhor. Eu acho que aqui eu quero fazer um



agradecimento né, a esses jovens que deram a sua vida e dizer que, enfim, é importantíssimo que haja e que tenha sido instituído comissão da verdade nesse Brasil todo [sic], fora a comissão nacional da verdade, todas as outras comissões estaduais da verdade, para poder tornar claro né, trazer à tona né, os crimes cometidos pela ditadura militar né, eu espero que os que realizaram esses crimes, perpetuaram esses crimes sejam punidos né, eu acho que há um movimento grande no Brasil, uma esperança que isso aconteça, como outros países da América Latina né, como Argentina, como Uruguai, como Chile né. Eu desejo que isso ocorra no Brasil né, e gostaria de fazer uma homenagem agui aos advogados que enfrentaram perseguições, enfrentaram inúmeras dificuldades para defender os presos políticos. Eu gostaria de relembrar aqui em Belo Horizonte dois presos políticos, eu sei que no Brasil inteiro né, existiram esses advogados e eu não vou falar o nome porque com certeza eu vou omitir nomes de muitos advogados que se dedicaram a causa da defesa dos presos políticos naquele momento no Brasil. Mas eu gostaria de relembrar aqui Afonso Cruz, que foi advogado de inúmeros presos políticos, inclusive meu advogado, né, uma pessoa que dedicou a sua vida de advogado né, e muito, na defesa né, de presos políticos mineiros né. E Geraldo Magela, que também foi um defensor dos presos políticos e foi um participante ativo né, do movimento feminino pela anistia, nos dando apoio, nos dando uma colaboração muito intensa nas nossas questões. Infelizmente né, o Afonso morreu em um acidente de carro, o Geraldo Magela morreu por questões de saúde, eles não estão aqui, mas eles, como outros advogados, merecem todo nosso reconhecimento e a nossa homenagem, eu acho que é isso.

MARIA CÉRES PIMENTA SPÍNOLA CASTRO: Está bom

**MAGDA MARIA BELO DE ALMEIDA NEVES**. Você quer fazer alguma outra pergunta?

**VANUZA NUNES PEREIRA**: Não, é só uma questão, professora Magda Maria Belo de Almeida Neves, quando a senhora.

MARIA CÉRES PIMENTA SPÍNOLA CASTRO: Mais alto.

**VANUZA NUNES PEREIRA**: Diz que voltou para o Brasil, qual foi o ano que a senhora conseguiu terminar o mestrado?

**MAGDA MARIA BELO DE ALMEIDA NEVES**: Eu acho que eu terminei o mestrado em 84, 1984, porque 86 eu tentei meu doutorado na USP, final de 86, eu entrei em 87 no doutorado na USP, em Sociologia.



VANUZA NUNES PEREIRA: Certo.

MAGDA MARIA BELO DE ALMEIDA NEVES: Então.

MARIA CÉRES PIMENTA SPÍNOLA CASTRO: Você foi recontratada, que dizer, foi

contratada na universidade você lembra que ano, Magda?

MAGDA MARIA BELO DE ALMEIDA NEVES: Na UFMG?

MARIA CÉRES PIMENTA SPÍNOLA CASTRO: É.

MAGDA MARIA BELO DE ALMEIDA NEVES: Eu acho que foi em 77, eu acho que foi

final de 76.

MARIA CÉRES PIMENTA SPÍNOLA CASTRO: Uhum, tá.

MAGDA MARIA BELO DE ALMEIDA NEVES: Tá?

MARIA CÉRES PIMENTA SPÍNOLA CASTRO: Bom, está ótimo. Nós agradecemos a sua participação, eu quero só deixar claro aqui que meu nome é, já que não apareço no vídeo, é Maria Ceres Pimenta Espinola Castro, eu sou da comissão da verdade de Minas Gerais, atualmente eu coordeno a comissão, mas também coordeno um grupo que é um subgrupo, uma subcomissão que está apurando as violações de direito das pessoas da comunidade universitária, não apenas a UFMG, mas as comunidades universitárias, da população universitária como um todo. Com relação a servidores, técnicos administrativos, a professores e a estudantes. E eu quero te agradecer e dizer também que aqui ao meu lado está a assessora né, da comissão.

VANUZA NUNES PEREIRA: Vanuza Nunes Pereira.

MARIA CÉRES PIMENTA SPÍNOLA CASTRO: É, sabe que tem contribuído muito para esse, é, esses estudos. Uma das fontes que nós estamos trabalhando né, são os depoimentos de pessoas que nós temos trabalhado com arquivos, o arquivo da AESI que é a assessoria de, especial de segurança e informação da UFMG, a UFMG guardou todo o arquivo, entendeu, então nós estamos trabalhando com esse arquivo, o arquivo do CONEDH, entendeu, das pessoas que entraram com uma reparação né, e a denúncia lá no conselho de direitos humanos de Minas Gerais tá. O arquivo público né, com as, o material do DOPS, a partir disso a gente está levantando os eventos né, também com bibliografia e identificando pessoas que possam nos dar depoimentos como esse seu, que esclarece para a gente uma série de coisas e ao mesmo tempo, é experiências sabe? Da luta e também a experiência do sofrimento, da violação de direitos, entendeu, que as pessoas, que a gente tem claro, evitar.

MAGDA MARIA BELO DE ALMEIDA NEVES: Ô Céres, eu não sei se vocês gostariam, isso aí é posterior, mas se vocês gostariam que eu falasse um pouco da



fundação do movimento feminino pela anistia aqui em Belo Horizonte ou isso não faz parte?

MARIA CÉRES PIMENTA SPÍNOLA CASTRO: Faz parte, nosso período Magda, pela lei, é de 46 a 88.

MAGDA MARIA BELO DE ALMEIDA NEVES: Então.

MARIA CÉRES PIMENTA SPÍNOLA CASTRO: E o movimento pela anistia é anterior a isso, então se você puder, quiser falar.

MAGDA MARIA BELO DE ALMEIDA NEVES: Sim, eu gostaria de falar sobre isso.

MARIA CÉRES PIMENTA SPÍNOLA CASTRO: É.

**MAGDA MARIA BELO DE ALMEIDA NEVES**: Eu entrei na universidade no segundo semestre de 76, na UFMG tá?

MARIA CÉRES PIMENTA SPÍNOLA CASTRO: Tá.

MAGDA MARIA BELO DE ALMEIDA NEVES: Bom, eu gostaria de falar sobre o movimento feminino pela anistia porque isso é um desdobramento importante das minhas atividades como estudante na época né. E em 75 ocorreu o congresso internacional da mulher, e a ONU declarou 75 como o ano internacional da mulher. Em 76, no Brasil, a Therezinha Zerbini, cujo marido foi preso em São Paulo né, ela fundou o movimento feminino pela anistia, imediatamente aqui em Belo Horizonte, nós demos uma resposta a essa fundação, fundando o movimento feminino pela anistia aqui. Na época, no início, foi Eleonora Meniccuci que hoje é ministra da Secretaria de Política das Mulheres no governo federal, né, ela morava em Belo Horizonte na época, tinha acabado de sair da prisão junto com seu marido Ricardo Prata, Eleonora Meniccuci, Ângela Pezzuti que já vinha batalhando a muito tempo né, com relação a defesa dos seus sobrinhos e da sua irmã né, Carmela Pezzuti, Ângelo Pezzuti e Murilo né, que estavam presos em Linhares né.

MARIA CÉRES PIMENTA SPÍNOLA CASTRO: Estavam banidos.

MAGDA MARIA BELO DE ALMEIDA NEVES: Eles já estavam banidos nessa época?

MARIA CÉRES PIMENTA SPÍNOLA CASTRO: Já.

MAGDA MARIA BELO DE ALMEIDA NEVES: Já estavam banidos, mas ela anteriormente já tinha feito todo um trabalho de defesa, de apoio, etc. Né, a esses seus parentes em Linhares. É, Zélia Rojedo, né, sempre uma batalhadora também pelos direitos humanos e conta a ditadura, e eu vou lembrar esses 3 nomes, porque depois esse movimento cresceu, mas inicialmente a gente começou a conversar né, e, sobre fundar o movimento aqui, procuramos Dona leda Mata Machado, para ela ser a



nossa presidente né, do movimento feminino, mas ela ainda estava muito abalada né, com a perda do seu filho da forma como foi assassinado pela ditadura militar e tal, e ela falou "Dou todo apoio ao movimento, mas não gostaria de ser presidente". E aí outras pessoas foram surgindo nesse movimento, e foram crescendo nesse movimento, é, participando e encontramos entre essas pessoas a Dona Helena Greco, nós procuramos Dona Helena Greco e convidamos a Dona Helena para ser presidente do movimento feminino pela anistia. Ela imediatamente aceitou, e nós na época já vínhamos fazendo reuniões na Igreja Carlos Prates, porque os padres tinham cedido né, para a gente, a sacristia, a gente fazia essas reuniões de noitão né, 10 horas, saiamos de madrugada e a gente fazia essas reuniões no sentido de começar a ter uma ação né, para poder envolver mães né, companheiros, filhos de presos políticos, exilados, na luta né, pela lei da anistia, que depois vai sair em 79.

## MARIA CÉRES PIMENTA SPÍNOLA CASTRO: Uhum.

MAGDA MARIA BELO DE ALMEIDA NEVES: E esse período foi um período muito rico, eu não vou falar nome aqui, porque eu vou me esquecer, mas várias mulheres começaram a se reunir, a gente começou a se reunir lá na Igreja do Carlos Prates, isso ficou, foi tomando um vulto tão grande que nós começamos a contatar outras entidades religiosas para nos dar apoio. Então nós fizemos assembleias grandes no Colégio Santo Agostinho, no Colégio Loyola e no Colégio Santo Antônio. No Colégio Santo Antônio, Therezinha Zerbine esteve presente e teve um auê porque foi denunciado que havia uma bomba no banheiro e que tinha que acabar com aquela reunião [sic]. E foi muito interessante, porque nós saímos em passeatas, não nos deixamos intimidar e saímos em passeata até o DCE que funcionava na Rua Gonçalves Dias onde hoje funciona o Cine Belas Artes, ali era a sede do DCE, para continuar nossa reunião. Depois descobrimos que não tinha bomba nenhuma, que era um alarde falso para acabar com a nossa reunião. O movimento feminino pela anistia foi uma força muito grande, até a fundação do comitê brasileiro pela anistia, que muitos de nós nos juntamos né, aqui em Belo Horizonte, com a participação ativa de Dona Helena Greco que vinha como presidente do movimento feminino pela anistia e o Betinho Duarte, que se tornou o presidente do comitê brasileiro pela anistia e esse movimento continuou denunciando, participando, fazendo reuniões até sair a lei da anistia em 79, que não foi a lei que a gente gostaria que tivesse sido né, porque também anistiou os torturadores, mas foi uma lei importante para trazer de volta muitos dos nossos exilados né e enfim, muitos presos também que foram anistiados



naquele momento. Eu gostaria de deixar esse depoimento porque eu acho que o movimento feminino pela anistia, ele foi um movimento muito importante, porque quando não, estava muito calado [sic], as forças estavam muito quietas né, no Brasil, com receio ainda né, da ditadura que ainda estava aí presente, ele começou um movimento forte de mulheres, né, na luta pela anistia no Brasil.

MARIA CÉRES PIMENTA SPÍNOLA CASTRO: Ah, foi ótimo.

VANUZA NUNES PEREIRA: Foi ótimo.

**MARIA CÉRES PIMENTA SPÍNOLA CASTRO**: Está lembrando aqui que no documento que a comissão fez sobre os atentados terroristas em Belo Horizonte, esse evento aí da...

VANUZA NUNES PEREIRA: Esse evento da...

MARIA CÉRES PIMENTA SPÍNOLA CASTRO: Do colégio Santo Antônio?

MAGDA MARIA BELO DE ALMEIDA NEVES: Aham.

MARIA CÉRES PIMENTA SPÍNOLA CASTRO: Né.

MAGDA MARIA BELO DE ALMEIDA NEVES: Depois teve uma bomba na casa da Dona Helena Greco, teve também no Colégio Santo Agostinho né.

MARIA CÉRES PIMENTA SPÍNOLA CASTRO: É.

**MAGDA MARIA BELO DE ALMEIDA NEVES**: Então teve, é, vários outros momentos difíceis para o movimento feminino pela anistia, mas nós não fraquejamos não, nós continuamos firmes na luta que a gente tinha se proposto né, de defesa dos exilados e dos presos políticos naquele momento.

MARIA CÉRES PIMENTA SPÍNOLA CASTRO: Está bom. Magda, eu queria só dizer para a senhora que nós estamos à disposição, viu? Se a senhora tiver alguma outra coisa que queira nos encaminhar, seja algum documento ou mesmo alguma coisa que lembrar e que queira completar o depoimento, nós estamos as ordens. Mas agora, se não tiver nada, mais nada, a gente quer agradecer e vamos finalizar entendeu? Os dados naquele, dos dados pessoais a gente tem né, entendeu, e aí a gente acaba de preencher aquela ficha que a senhora já autorizou, a coleta do depoimento e mesmo a disponibilização aqui para a FUMEC acertada com a COVEMG se for o caso mais à frente.

**MAGDA MARIA BELO DE ALMEIDA NEVES**: Tá, eu estou lembrando mais de uma coisinha que eu tenho a falar.

MARIA CÉRES PIMENTA SPÍNOLA CASTRO: Claro, pode ficar à vontade.



MAGDA MARIA BELO DE ALMEIDA NEVES: Não, é mais um depoimento do que um fato. Mas eu gostaria de registrar aqui uma coisa que foi extremamente pernicioso, na ditadura militar no Brasil, evidente que na Argentina isso foi muito pior porque eles esconderam as crianças e roubaram as crianças das suas famílias, né, as mães de praça de maio estão aí lutando o tempo todo né, como avós que são, para reconhecer seus netos e encontrar seus netos, tirados pela ditadura militar. Eu gostaria de registrar aqui né, e eu acho que isso é importante né, essa perversidade que foi, evidentemente toda ditadura é perversa, mais a prisão de muitas crianças no Brasil né, junto com seus pais. É, eu gostaria de deixar isso registrado, porque eu recebi o Eduardo na minha casa né, naquele momento, eu não era mãe do Eduardo né, ele vinha extremamente frágil, um menino de 4 anos, que ficou preso, mas isso relembra, quer dizer que muitas crianças vivenciaram isso, viram os seus pais e suas mães torturados, nas prisões brasileiras né, e eu acho que isso é uma face extremamente perversa da ditadura militar e isso tem que ser apurado e tem que ser denunciado, porque nós não podemos permitir né, assim como não podemos permitir que adultos sejam presos e torturados em momento nenhum, mas que crianças passem porque muitas crianças, filhos né, desse brasileiros passaram na ditadura militar. Eu gostaria de dizer isso.

MARIA CÉRES PIMENTA SPÍNOLA CASTRO: Está bom. A gente agradece e queria saber se você conhece um livro, que foi feito pela comissão da verdade em São Paulo, chamado "Infância Roubada"?

MAGDA MARIA BELO DE ALMEIDA NEVES: Não, eu conheço muitos livros, eu tenho muitos livros sobre a ditadura militar, mas esse eu não tenho não.

MARIA CÉRES PIMENTA SPÍNOLA CASTRO: É da comissão da verdade, foi lançado o ano passado né.

VANUZA NUNES PEREIRA: Ano passado.

MAGDA MARIA BELO DE ALMEIDA NEVES: Ah, eu vou procurar.

**MARIA CÉRES PIMENTA SPÍNOLA CASTRO**: Ano passado, e tem os depoimentos, exatamente as denúncias e os depoimentos das, dos adultos hoje que eram crianças na época que tiveram, foram presos, então eu estou só te lembrando.

MAGDA MARIA BELO DE ALMEIDA NEVES: Sim.

MAGDA MARIA BELO DE ALMEIDA NEVES: Ah, eu vou procurar para ler.

MARIA CÉRES PIMENTA SPÍNOLA CASTRO: Ele tem na comissão da verdade, no site da comissão nacional da verdade, nacional não, da comissão da verdade da



assembleia legislativa de São Paulo, tem o PDF desse livro, inclusive ele é muito bonito, porque ele está todo com fotos, as pessoas trouxeram fotos.

MAGDA MARIA BELO DE ALMEIDA NEVES: Uhum.

MARIA CÉRES PIMENTA SPÍNOLA CASTRO: Os meninos da Dôdôra.

MAGDA MARIA BELO DE ALMEIDA NEVES: Pois é.

MARIA CÉRES PIMENTA SPÍNOLA CASTRO: A Andreia, a Priscila, tem o depoimento deles lá, sabe?

MAGDA MARIA BELO DE ALMEIDA NEVES: Aham.

MARIA CÉRES PIMENTA SPÍNOLA CASTRO: Então.

**MAGDA MARIA BELO DE ALMEIDA NEVES**: Pois é, isso eu acho que tem mesmo que ser divulgado, conhecido.

MARIA CÉRES PIMENTA SPÍNOLA CASTRO: Sabe, assim.

**MAGDA MARIA BELO DE ALMEIDA NEVES**: Porque as crianças, filhas dos pais que tinham uma participação política ativa, sofreram demais, né.

MARIA CÉRES PIMENTA SPÍNOLA CASTRO: Está bom. Então, muito obrigada.

**MAGDA MARIA BELO DE ALMEIDA NEVES**: Ok, obrigada vocês e eu agradeço a comissão da verdade por, a oportunidade de dar esse depoimento e parabenizo né, pela força né, pela garra de continuar esse trabalho que é um trabalho muito importante.

MARIA CÉRES PIMENTA SPÍNOLA CASTRO: Muito obrigada.

VANUZA NUNES PEREIRA: Obrigada.